

Um destino em crise.

A inserção social e institucional dos estudos de História Medieval

A fate in crisis.

A social and institutional implication of Medieval History studies

Néri de Barros Almeida

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Resumo

Após algumas décadas de forte crescimento, os estudos de história medieval no Brasil passam por uma fase particularmente positiva. Historiadores em diferentes partes do país realizam pesquisas que alcançam interlocução cada vez mais madura com ambientes tradicionais de pesquisa no exterior. As publicações locais se multiplicam e hoje é possível cobrir quase todo o espectro dos tópicos do ensino superior apenas com publicações brasileiras. A despeito disso, a antiga reputação de “área de pura erudição”, voltada para um passado superado, permanece. Essa perspectiva evidencia um isolamento que, face ao crescimento, demanda reflexão. A questão que colocamos aqui é como conciliar a erudição própria aos estudos medievais com uma comunicação social e uma inserção institucional mais significativas? Discutiremos como a escrita da história da Idade Média e seus temas podem ampliar a participação social desses estudos.

Palavras chave

crise – inserção institucional – inserção social.

Abstract

After some decades of strong growth, Medieval studies in Brazil live a particularly positive moment. Historians in different parts of the country do research with increasingly more mature dialogue with traditional research groups abroad. Local publications abound. Today it is possible to cover almost the entire range of topics of higher education just with Brazilian publications. Nevertheless, its ancient reputation as a field of pure scholarship, devoted to a past that has been long overcome, remains. This perspective shows an isolation of this field that, due to its growth, requires reflection. The question we put here is how to conciliate the scholarship proper to Medieval studies with more significant social communication and institutional insertion. We will discuss how the writing of the history of the Middle Ages and its subjects can amplify its social participation.

Keywords

crisis – institutional insertion – social insertion.

Recepción de artículo: 2-4-2017

Aceptación de artículo: 19-6-2017

Uma identidade ignorada por sua crise

Depois de ocupar por mais de um século posição privilegiada como expressão e fonte de inspiração social os estudos históricos parecem viver uma crise de desfecho imprevisível. Entre o começo do século XIX e a segunda Grande Guerra, a escrita da história esteve envolvida de perto com projetos nacionais e transnacionais que então congregavam parte significativa das forças políticas tanto na Europa quanto nos países que de alguma maneira se encontravam ligados à tradição política europeia. No século XX, de maneira geral, vimos a história paulatinamente se afastar desses projetos políticos globais e se deter sobre problemas fundamentais da modernidade política, sobretudo, aqueles relativos a interpretações dos ideais de liberdade e igualdade. Como resultado disso, sua dimensão presente se fortaleceu e os compromissos implícitos ou explícitos com um tipo de futuro se tornaram mais urgentes, ligados a causas mais imediatas e a problemas mais diversificados dando-lhe um caráter mais pontual e segmentado.

As potências contidas nesse contexto atendem a diferentes orientações políticas. Assim, entre a segunda metade do século XX e hoje, a escrita da história corresponde a um espectro de forças que vão das tendências liberais às libertárias,¹ ocupadas, direta ou indiretamente, como dissemos, com os ideais de liberdade e igualdade. Esse contexto explica, por exemplo, entre os anos 1960-1990, o aparecimento da história das mulheres e a historiografia feminista, da história da sexualidade e da história de gênero, da história do movimento operário e da história da cultura popular, e mais recentemente, a partir dos anos 2000, de uma nova história política à qual a antropologia e o direito estão associados em uma reflexão a respeito da relação pessoa-norma-sociedade.

No século XX as universidades se firmaram como espaço específico de produção da narrativa histórica. Nos países democráticos o conhecimento foi aí produzido com enorme autonomia. Nesse contexto, o saber e os métodos se desenvolveram de forma inédita. Nunca se produziu tanto e tão bem. A

¹ É preciso notar, porém, que sobre esses dois extremos nunca deixou de pairar também uma nuvem difusa de elementos totalitários dos quais as sociedades contemporâneas têm enorme dificuldade para realizar a crítica definitiva e, portanto, a superação. A literatura tem sido mais sensível do que a história à persistência de elementos totalitários. Veja-se a respeito, a obra do húngaro Imre Kertész (escrita sob o regime comunista) e do austríaco Thomas Bernhard (escrita sob a democracia do pós-guerra) nas quais se revela a natureza real do fantástico kafkiano.

despeito disso, é evidente que o conhecimento histórico perdeu relevância. Perdeu espaço social primeiramente para outras ciências humanas e sociais. Enquanto os historiadores aperfeiçoam seus instrumentos de análise, a sociologia hoje parece mais preparada para o fundamental diálogo com o presente. O mesmo pode-se dizer da antropologia que estabelece cada vez com maior firmeza sua presença na compreensão dos fenômenos urbanos e modernos.

A regressão pode ser sentida também nos recursos materiais para a área. Isso é evidente nos casos europeu e brasileiro. Já não se considera o conhecimento histórico prioritário e ele corre o risco de se tornar uma disciplina fossilizada restrita aos cursos de formação básica. Mas mesmo aí a história encontra críticos: seus conteúdos são taxados de excessivos e pouco úteis ao presente, sobretudo, quando se trata de períodos recuados. Na medida em que a visão técnica e tecnológica do conhecimento domina o nosso sistema de valores, parece cada vez mais irreal a defesa do conhecimento do passado recuado. O fascínio evidente que esse passado longínquo exerce sobre as crianças e jovens e a capacidade de abstração incomum que esse saber mobiliza bem como todas as habilidades dela decorrentes pouco representam em face de uma objetivação de tudo cuja contrapartida é a diminuição do sujeito. Mesmo assim, os períodos históricos que no século XIX foram incorporados de maneira mais eficaz pela historiografia a um discurso sobre o “passado europeu”, como as Antiguidades grega e romana, ainda gozam de certa simpatia. Vetar Júlio César à memória infantil certamente exasperaria alguns. No entanto, o mesmo não ocorre em relação ao passado medieval. Afinal, a tensão entre república e monarquia, entre tirania e liberdade da época de César parece dialogar com o presente enquanto que a Idade Média não oferece conflitos da mesma ordem. Esse panorama apresenta sumariamente o que entendemos como uma crise que se refere não à qualidade e quantidade das pesquisas, mas a sua inserção social.

A crise geral da história atinge de maneira particular os estudos de sociedades pré-modernas cuja memória chega à maioria das pessoas de forma nebulosa e imprecisa. No que se refere ao passado medieval, é particularmente significativo que, a continuidade histórica em que se situa em relação ao passado europeu, a torna um repositório de fantasias as mais diversas. Essa Idade Média fantástica, idealizada, pode, por exemplo, fundamentar a apologia de uma ordem perfeita. Ela se encontra presente nas festas medievais que hoje pululam por toda parte e fazem o elogio de uma sociedade harmônica na simplicidade e na desigualdade. Ela está presente também em reivindicações de territórios

“nacionais” no leste europeu baseadas em etnias cuja pureza teria se preservado do passado medieval aos dias de hoje. Essas experiências escapistas baseadas na fruição de uma sociabilidade de outrora e na defesa de uma adesão política firmada no fascínio e na ideia de pureza étnica - evidenciam usos da história decorrentes do descolamento ou ruptura entre conhecimento histórico e práticas sociais. Não cabe à escrita da história guiar a consciência social, no entanto, cabe a ela oferecer de forma ética e democrática o conhecimento que a própria sociedade promove. O que está em questão, não é a defesa de uma área mas a sua implicação como uma das dimensões da sociedade dedicada à reflexão sobre o avanço dos ideais de liberdade e igualdade.

O Brasil não escapa ao panorama geral de crise da história que certamente não é imune a diferenças de ritmo e extensão. Esse país não chega a ser exemplar, mas certamente é mais um caso em que a crise de uma área acontece em um momento de plenitude das pesquisas. A partir desse exemplo que nos é mais próximo discutiremos uma contradição que é geral: uma área cujo crescimento, incompreendido e mal assimilado, se dá de par com o questionamento de sua relevância social. Não é certo que todos do meio tenham se dado conta de que vivemos uma crise. Apresento a seguir o caso brasileiro e algumas reflexões com o objetivo de apresentar a necessidade de um debate mais amplo sobre o futuro da história e em particular da História Medieval.

Em maio de 2015 a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) promoveu o *IV Encontro de Pesquisa em História*. Naquela ocasião parecia animador o fato de uma das quatro mesas do encontro - organizado por estudantes! - ser dedicada aos estudos medievais. Tratava-se evidentemente do reconhecimento da importância dos estudos medievais na formação do historiador. Naquele momento, a pré-proposta para o novo currículo nacional de ensino de história no Brasil - parte da Base Nacional Comum Curricular/BNCC para os ensinos fundamental e médio - ainda não era conhecida e toda a polêmica que se seguiu, ainda não começara. Depois de sua divulgação, os estudos de história antiga e medieval entraram no que se pode chamar de “inferno astral”. Passou-se a temer pela continuidade de seus conteúdos no ensino escolar, o que poderia representar em um curto período o desaparecimento da área nas universidades, uma vez que todos os cursos de história do país encontram-se de alguma forma vinculados à formação de professores para o ensino básico. A divulgação em 16 de fevereiro de 2016 de que, após ampla manifestação popular, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) decidiu ampliar a parti-

cipação de “história do mundo” no currículo, foi sem dúvida uma boa notícia. No entanto, ficou o alerta. A despeito do crescimento consistente em número e qualidade, a área não era plenamente reconhecida no meio acadêmico. A crise recente deixou claro que ainda era necessário combater pelos estudos medievais no Brasil. Uma das maneiras de fazê-lo é discutindo como ampliar a inserção acadêmica e social dos resultados de pesquisa da área o que implica de saída, em projetos interáreas e na diversificação da natureza das publicações hoje ainda muito voltadas para o público especializado.

A crise que, a propósito da BNCC, atingiu a área no Brasil, acontece contraditoriamente no momento em que sua consolidação científica é mais evidente. Por todas as regiões observamos crescimento da interlocução internacional e produção regular de pesquisas expressas em número significativo de publicações.² Seus profissionais têm se mostrado empenhados na realização de balanços e no planejamento do futuro da área, ocupando-se, inclusive, de sua inserção nos ensinos fundamental e médio.³ Em sua constituição, resultados e dinâmica de crescimento é possível documentar um amadurecimento consistente e condições para uma contribuição relevante ao conhecimento da história da Idade Média. Um primeiro dado dessa história que merece ser lembrado é seu caráter institucional e público.⁴ A produção sistemática de pesquisas por especialistas em história medieval no Brasil começa efetivamente com a implantação dos primeiros projetos de universidade na metade inicial do século XX. Nesses ambientes, a área acompanhou todo o desenvolvimento institucional e científico, do sistema de ensino superior de graduação e pós-graduação. A natureza tardia do processo de instalação das universidades no país garantiu aos estudos medievais pleno enraizamento dentro de um modelo moderno de universidade, em que ensino e pesquisa se encontram estreitamente vinculados.⁵ Em decorrência desse caráter tardio, temos em segundo lugar, que os estudos medievais aqui não se desenvolveram submetidos a compromissos com a Igreja como aconteceu em universidades da América Latina, fundadas durante o período colonial.⁶ Esse laicismo foi uma condição preciosa para a afirmação

² Um balanço mais extenso a respeito pode ser encontrado em Almeida, Néri de Barros; Cândido da Silva, Marcelo 2014.

³ Bastos, Rust 2009; Silva, Silva 2007; Silva 2013; Vieira 2013; Bertoli, Rosa 2012; Macedo 2006; Pereira 2009.

⁴ Almeida 2012 e 2013.

⁵ Castilho 2008, *Anais* 1962.

⁶ Mais particularmente, podemos dizer que o projeto de universidade aparece no Brasil no contexto

profissional da área e sua dinâmica de atualização teórico-metodológica que é coetânea do conjunto dos estudos históricos no país.⁷

Em terceiro lugar, se é verdade que os estudos medievais contaram com mestres importantes, o fato é que nenhum deles reivindicou o papel de pai fundador, de referência única ou mesmo necessária. Ao contrário, a herança desses mestres foi a aposta na diversificação dos pontos de vista e dos domínios de estudo. Essa liberdade para o surgimento de correntes teórico-metodológicas e problemáticas diversas preparou o terreno para o crescimento plural que hoje se observa.

Em quarto lugar, esses mesmos mestres, sem necessariamente negarem seu compromisso com projetos para o país, também recusaram a história nacional. Se os itens aqui destacados são característicos dos estudos históricos em geral no Brasil, este afeta de modo particular os estudos medievais. A perspectiva não nacional, mas civilizacional - em sentido amplo, aquela que considera a pluralidade das experiências civilizacionais -, preparou nossos historiadores para a abordagem comparativa da história da Idade Média. Dessa forma, essa historiografia nasce menos refratária a critérios europeus, quando confinam com o eurocentrismo e o nacional. Embora na Europa, a partir da segunda metade do século XX, os quadros nacionais de análise da Idade Média tenham sido substituídos pela defesa da comunidade europeia, essa mudança ainda não teve o impacto desejável sobre a organização dos dossiês documentais. Estes continuam a ser compostos e analisados em decorrência da lógica dos arquivos nacionais. Esse fato tem repercussão sobre as redes de relações definidas pelos historiadores, estrangidos por limites que nem sempre correspondem aos circuitos originais dos documentos. A perspectiva distanciada e a tradição local em meio à qual se desenvolveram os estudos medievais no Brasil favorecem abordagens supranacionais e mesmo supraeuropeias do período.

de estabelecimento do pensamento modernista, que não se limita a questões de ordem estética, mas está relacionado a uma renovação política e cultural do país. Um registro da relação entre Modernismo e projeto de universidade é fornecido pela obra de pensadores do Brasil que, ou foram acadêmicos ou adotados de maneira significativa pela academia, e que tiveram ligação próxima com Paulo Prado: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Gilberto Freire. Berriel 2013, pp.14-15.

⁷ O laicismo promovido pelo pensamento modernista acabou por ser incorporado - com limites que se apresentam em conjunturas muito específicas - ao próprio ser das universidades católicas que se instalaram no país.

A “ala ilustrada da elite paulista” a que se deve o surgimento da Universidade de São Paulo, em 1934, era formada em universidades da Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, Bélgica, Áustria, Itália e Escandinávia.⁸ Essa experiência foi decisiva para que a universidade começasse aqui sem vínculos exclusivos com Portugal. Embora os laços históricos com esse país expliquem um interesse persistente pelo estudo da Idade Média portuguesa, no começo do século XX a visão de universidade adotada foi aquela da diversidade das experiências acadêmicas. Esse contexto favoreceu uma quinta característica dos estudos medievais brasileiros: a ausência de compromisso necessário com a investigação das origens nacionais no passado medieval europeu.

Assim, nossos interesses de pesquisa estão orientados para quadros espaciais e temáticos diversos. A despeito da multiplicidade de caminhos trilhados pela área, o crescimento dos últimos anos sustentou a formação de grupos de interlocução em torno de campos temáticos (reforma da Igreja, ordens religiosas, prosopografia, escolástica, etc) ou grupos documentais (hagiografia, crônicas e histórias, iconografia, coleções canônicas, etc). Verifica-se mesmo o aparecimento de subgrupos, ainda mais especializados dentro desses campos.⁹

O cenário recente também confirma a inserção dos estudos de história medieval no processo de crescimento institucional. O aumento de vagas nos cursos superiores públicos de história foi acompanhado pelo incremento das pesquisas de pós-graduação na área. Essa especialização, por sua vez, foi em parte absorvida pela ampliação do sistema universitário federal que abriu vagas para professores de todas as áreas do conhecimento histórico. Esse crescimento foi tanto quantitativo quanto qualitativo e beneficiou todas as regiões do país. Se por um lado, as bibliotecas brasileiras estão longe de oferecer acervos ideais aos pesquisadores, por outro, nunca se dispôs de tantos recursos bibliográficos

⁸ Castilho 2008.

⁹ É o que acontece no caso da *Legenda Aurea*, coletânea de vidas de santos organizada no último terço do século XIII pelo dominicano radicado em Gênova, Jacopo de Varazze, estudada por um número significativo de pesquisadores. Um balanço a respeito foi apresentado por Teixeira 2014, que identificou na ocasião 19 pesquisas, finalizadas ou em curso, no Brasil. A esse respeito dois fatos se destacam. Em primeiro lugar, a atuação de Igor Salomão Teixeira, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a inclusão do Brasil no circuito internacional de debates a respeito da obra que teve em seu tempo uma difusão incomum, representando um fenômeno político e cultural de proporções ainda mal conhecidas. Em segundo lugar, o aparecimento da tese de Teresa Renata Silva Rocha, primeira iniciativa no país de estudo de um ramo específico da tradição vernácula da obra, a linhagem manuscrita iluminada gerada pela tradução da obra para o francês por Jean de Vignay no século XIV. Rocha 2015.

de produção autóctone. A despeito disso, nossa práxis não tende, felizmente, para a autossuficiência plena. Nossa história medieval nasceu plural e, de nosso ponto de vista, deve perseguir essa herança como vocação.

Os extremos da especialização

O aumento da especialização da área de história medieval merece elogio, mas também deve dar lugar à reflexão tendo em vista seu potencial para aprofundar nosso isolamento na academia e na sociedade (notadamente em relação aos sistemas de ensino). A tese erudita, precisa, hermética em sua meticulosa argumentação, não é o problema, ela forja o pensador. A questão reside na inexistência de uma contrapartida permanente de outra ordem. A síntese ampla e o tratamento acessível de problemas de interesse geral também precisam ser encarados como produtos nobres da erudição.

Certa vez um jovem colega bastante produtivo, pensando nos livros da área, me fez uma pergunta bastante pertinente: porque somos pouco lidos, porque apenas os especialistas se interessam por aquilo que escrevemos? Essa pergunta acarreta outra: escrevemos realmente para que nossos textos sejam lidos fora do circuito acadêmico? Para quem escrevemos? Essas perguntas apontam para os dois aspectos sobre os quais eu gostaria de me deter aqui: por um lado, a relação entre forma narrativa e público alvo e por outro, a adequação entre público e temática. É necessário que os historiadores procurem ser compreendidos por seus pares (é isso que faz as pesquisas avançarem), mas também é esperado que os leitores não acadêmicos tenham interesses específicos: professores do ensino não universitário; interessados, pessoal ou profissionalmente, em se munir de informações a respeito de determinadas temáticas como jornalistas, juristas, profissionais das relações internacionais, etc. Atendê-los não significa ceder a modismos, mas estar atentos às oportunidades de diálogo com a sociedade. É preciso que incluamos em nosso horizonte atividades de alcance social mais significativo e para isso é preciso que adotemos a reflexão sobre o que escrever e como escrever como parte de nossa atividade profissional permanente.¹⁰

¹⁰ No que se refere a obras gerais (manuais e pequenas monografias introdutórias) voltadas, sobretudo, para o uso de estudantes, nos anos 1980 houve uma produção significativa. A tendência que se pode verificar hoje é a da publicação de pesquisas especializadas.

A intrusão do presente em nossas escolhas não deve causar problema na medida em que isso já acontece com as teses acadêmicas. A escrita da história dos últimos dois séculos tem se ocupado em boa medida do estudo de um mesmo problema, a modernidade: como se constitui, como se transforma, como entra em crise, a que dará lugar... Mesmo os medievalistas mais puristas, que encontram justificativa para o conhecimento do passado nele mesmo, não conseguem fugir dessa percepção da história. Assim, quer se pense que o feudalismo é uma época de anarquia militar ou que ele participa dos fundamentos das monarquias centralizadoras, o parâmetro para a definição de sua eficácia política é sempre o mesmo: o estado moderno. Os estudos medievais se renovam e onde se observava a ausência de poder público começam a serem percebidas formas alternativas de organização e gestão da sociedade? Nesse caso, é a crise do estado moderno que fala mais alto. A célebre frase de Lucien Febvre que alude à história como filha de seu tempo, mostra toda sua razão de ser. Até hoje a compreensão das cruzadas luta contra o finalismo.¹¹ Interessa menos o impacto em seu tempo do que fora dele. A história das cruzadas é uma espécie de história do futuro na medida em que importam mais seus desdobramentos (tensão negativa entre ocidente cristão e oriente muçulmano, abertura do mundo para um expansionismo territorial do ocidente que se estende até o começo do século XX, etc) do que o fenômeno em si. Sem dúvida que interessa às pesquisas realizar a crítica dos limites que a modernidade impõe às análises, mas pode ser igualmente produtivo simplesmente atender a esse apelo.

As expectativas do leitor muitas vezes se voltam apenas para o conhecimento “do que aconteceu”, algo que nos horroriza, talvez demasiadamente. O leitor é motivado pelas grandes comemorações, pelos temas presentes na mídia, por acontecimentos e personagens que parecem participar da construção de seu presente, porque deixaram um legado contínuo no tempo ou porque têm algo de interesse do presente a ser recuperado: as duas Grandes Guerras, os direitos humanos, as relações culturais e, evidentemente, os conflitos (bélicos, étnicos, religiosos, etc).¹²

¹¹ Flori 2013.

¹² Veja-se a aceitação no Brasil de Macmillan 2014, e o interesse pela obra de Ian Kershaw especialista na história da segunda Grande Guerra. Ambos, autores acadêmicos de textos alentados. No Brasil, há também bons exemplos. Gostaria de citar Carvalho 2007, em que o autor realizou duas coisas importantíssimas: mostrou que é possível o historiador ser biógrafo sem deixar de ser historiador e ainda mu-

Mas não se pode descartar mesmo a possibilidade de que um texto totalmente voltado para a apologia do trabalho do historiador possa despertar interesse como aconteceu com a pequena “biografia histórica” de Guilherme Marechal escrita por Georges Duby.¹³ Esse livro encantador apareceu no Brasil no final dos anos 1980 em meio a muitos outros textos de divulgação do próprio Duby. Do conjunto dessas obras, *Guilherme Marechal* é de longe aquela que melhor se comunica com o leitor, surpreendentemente, fazendo aquilo que é mais característico do trabalho técnico do historiador: a análise ponto por ponto da documentação (os problemas relativos à tradição manuscrita, seu contexto de produção e os temas para os quais aponta seu conteúdo). Por fim, o livro é também um exemplo de abordagem de narrativa literária cortesã medieval. Aqui sem dúvida há algo que merece destaque uma vez que a literatura cortesã é responsável por boa parcela das representações da Idade Média de domínio comum. Trabalhar com um texto dessa natureza em uma obra de divulgação permite uma posição privilegiada para a crítica, junto ao leitor, da própria concepção de Idade Média.¹⁴

Chegamos então ao ponto mais complicado, mas igualmente mais importante, que é decidir sobre o que escrever. As opções são certamente muitas e irei tratar daquela que me parece mais urgente. Acredito que hoje seja fundamental que o medievalista se pronuncie sobre a ideia de Europa. Penso particularmente em como essas reflexões podem esclarecer e ilustrar discussões a respeito das relações étnico-religiosas face às reações ao aumento recente da imigração para a Europa e à radicalização política de grupos islâmicos que professam uma ideologia antiocidental. Questão difícil, e mesmo, perigosa. Nesse momento a polarização das opiniões baseadas simplesmente em critérios ideológicos é forte. Não tenho a intenção de me pronunciar sobre um problema tão grave. Farei apenas alusão a alguns tópicos dos estudos medievais que podem ser

niu o leitor acostumado à crítica informal da vida política brasileira de uma pergunta certamente capaz de mudar a abrangência e precisão de seus questionamentos: qual a natureza da República no Brasil? Para os estudos de história da Igreja, merece destaque a iniciativa realizada por Rust 2015.

¹³ Duby 1988.

¹⁴ Um terreno em que ainda há muito a fazer é justamente o da análise histórica dos textos literários. Há algumas décadas estes eram considerados artefatos privilegiados para o estudo do imaginário fantástico ou, ao contrário, como registro fantasiado de experiências. Hoje os instrumentos metodológicos para a abordagem histórica da ficção medieval são mais sólidos face à rica discussão desenvolvida nos últimos vinte anos sobre retórica dos textos, tradição narrativa e autoria.

postos em diálogo com elementos da crise atual e que, de meu ponto de vista, podem atuar sobre a nossa percepção e postura diante desse contexto.

Existe um problema quando se pensa que a Europa nasce junto com a Idade Média. Essa identificação entre Europa e Idade Média depende de dois pressupostos: o da constituição da porção centro-ocidental do continente europeu em um bloco territorial isolado das trocas mediterrâneas e o cristianismo como dado fundamental de sua identidade. Essa visão é verdadeira apenas em linhas gerais. A generalização retrospectiva dessa síntese - que pode ser verificada apenas a partir do século XIII - resulta na ideia de uma Europa definida pelo afastamento em relação ao Oriente e por um caráter cristão exclusivo (ou seja, que realiza exclusão, ou em outros termos, que civiliza - no sentido restrito do termo civilização). Esse ponto de vista tem evidentemente repercussão no campo político contemporâneo quando se trata dos instrumentos abstratos de que dispõem os europeus de modo geral para pensar os “não europeus”.

A Idade Média não se restringe à Europa da tradição geográfica moderna. No que se refere à sua identidade estritamente cristã, é preciso considerar que, durante os cerca de mil anos de sua história, a tradição teológica mobilizada no tratamento da diversidade étnica e religiosa não foi sempre a mesma. Sobretudo, não esteve na base de uma indiscriminada restrição de fundamentação étnica e religiosa em relação à cristandade grega e ao Islã. Em relação a Bizâncio, até o século XIII, o “ocidente” cristão está convicto de fazer parte de uma unidade religiosa com os cristãos de língua grega. As situações que segundo os historiadores constroem o afastamento entre as porções, latina e grega da cristandade duram séculos de tal forma que podemos, inversamente, dizer que documentam a importância atribuída pelas partes à sua ligação (as diversas crises doutrinárias, por exemplo, em torno do *Filioque* e da eucaristia; a crise iconoclasta; o cisma de 1054; as disputas de autoridade entre papado e patriarcado; os rompimentos ao longo das cruzadas, etc).

Mas essa mesma unidade convivia com uma diversidade que atuava como fator de primeiro plano por ocasião das decisões de ordem política. Assim, durante as cruzadas vemos Bizâncio reiteradamente demonstrar sua desconfiança em relação aos cruzados e mesmo, abandonar acordos de ajuda mútua expondo os latinos à morte certa como aconteceu no cerco de Antioquia em 1098. A tomada de Constantinopla pelos latinos durante a quarta cruzada (1202-1204) marcou uma mudança política que tornou clara outra percepção das relações entre as porções latina e grega da cristandade. A despeito disso, essas relações se romperam de forma decisiva apenas mais tarde por força da conquista turca.

Ainda que seja correto dizer que durante a Idade Média as tensões entre cristãos e muçulmanos foram frequentes, até os séculos XII-XIII, elas não haviam sido permanentes, nem generalizadas, como também não se caracterizavam como um conflito militar entre duas confissões. Nas áreas de conquista em que populações de fé diversa partilhavam um mesmo espaço de dominação, a condição de desigualdade não era um empecilho aos contatos. As guerras entre cristãos e muçulmanos eram realizadas de parte a parte segundo a mesma lógica de pequenas conquistas territoriais, realizadas por grupos guerreiros liderados por senhores locais. Não eram, portanto, motivadas pelo desejo de expulsão do elemento religioso exótico, mas pelo ideal de conquista. O avanço coordenado e contínuo de cristãos sobre os territórios muçulmanos se deve a mudanças na guerra cristã, mas também ao recuo do Islã motivado por sucessivas crises internas a partir, em especial, do século XI, quando acontece sua fragmentação.

O cenário começa a mudar em 1064. Nesse ano o papado oferece benefícios espirituais aos combatentes envolvidos na conquista de Barbastro, na Espanha. Com isso o discurso de uma causa religiosa para a luta ganha vulto ajudando a mudar lentamente a natureza dos combates entre cristãos e muçulmanos.¹⁵ Seria equivocado ver nisso um sinal de que a luta na Espanha se tornara uma guerra santa. No entanto, essa primeira interferência do papado será mais tarde incorporada a um sistema mais vasto de exclusão de fundamentação religiosa construído entre os séculos XII e XIII. De forma alguma se pretende dizer que antes disso existisse uma convivência harmoniosa entre cristãos e muçulmanos. Pretendemos sim destacar que apenas a partir de então a comunidade cristã reivindica uma identidade ligada a um espaço físico excludente. A mistura entre a guerra de conquista territorial e a ideologia religiosa do papado reformado (interessado em ampliar seus domínios de influência) produziu parte dessa mudança. Com isso queremos afirmar também que a interpretação das relações entre cristãos e muçulmanos em termos de “choque de civilização” é historicamente determinada. Infelizmente esse instrumento ainda hoje permanece em uso - explícita ou implicitamente - em abordagens de diferentes espectros políticos, sobre as relações entre “ocidente” e “Islã”.

¹⁵ No caso de Barbastro o papado se apropriava de um recurso utilizado por bispos durante as disputas da Paz de Deus que tiveram lugar entre cristãos em diversas localidades do centro-sul da atual França entre os séculos X e XI.

É preciso superar esse ponto de vista. Dominique Barthélemy mostrou sua profunda inadequação para a consideração dessas relações mesmo durante as cruzadas.¹⁶

As trocas culturais entre cristãos e muçulmanos precisam ser reconsideradas, inclusive tomando-se a guerra como objeto. Os conflitos bélicos são mais abrangentes do que as batalhas que os integram. A eles estão associados episódios de comunicação importantes, seja entre as partes ou a respeito delas. O caso célebre da permanência de Gerberto de Aurillac, o futuro papa Silvestre II, por três anos (967-970) em mosteiros catalães para estudar matemática árabe, embora diga respeito a um contato pontual e indireto com o Islã, é extremamente importante tendo em vista a posição social do interessado. A projeção dos atos e ideias de um homem como Gerberto, torna esse “caso isolado”, socialmente significativo. O episódio aponta para o interesse que os muçulmanos despertavam e para o reconhecimento de sua ciência pelo alto clero do final século X, dois temas que demandam reflexão. O envolvimento do imperador Frederico II com o Islã constitui outro “caso isolado” significativo. O valor desses episódios não se esgota em documentar a intensidade da influência do Islã sobre a cultura ocidental. Neles residem dados importantes para a compreensão das modalidades de comunicação entre populações em situação de conflito. Em tais situações é preciso destacar também o valor da subjetividade dos sujeitos envolvidos, o que nos leva a outro nível de consideração dos “choques civilizacionais”.

Até o século XIII a heterogeneidade linguística, cultural e étnica não constituía um problema político. Mesmo a heterogeneidade religiosa, sem dúvida mais problemática, só começa a dar origem à segregação e perseguição sistemáticas a partir do século XIII após a ampla absorção pela sociedade dos efeitos da pregação da cruzada e da pregação anti-herética bem como do sistema de repressão a elas associado.¹⁷ Esse dois fatos dão força à ideia de diversidade religiosa como perigo político. Aí temos a produção de uma imagem homo-

¹⁶ Barthélemy 2010.

¹⁷ O modelo de exclusão de fundamentação religiosa se impôs de forma decisiva pela coincidência entre cruzada e luta anti-herética e o estabelecimento de estados orientados para uma política abrangente e inflexível no que se refere a território e justiça. Esses estados captam os pactos individuais estabelecendo uma relação pessoal com um modelo novo de abrangência política. Esse sistema estava assegurado na dimensão ética do pacto que em última instância era também uma questão de fé religiosa, pois firmado na própria ideia de pacto entre o homem e os poderes sobrenaturais. A religião soma a esse compromisso uma dimensão universal característica da expansão ilimitada e da consequente exclusão que se seguem.

gênea que faz nascer então a Europa sobre uma nova ideia de conflito externo e interno.¹⁸ Diante disso, talvez a perspectiva mais adequada ao medievalista seja, ao invés de pensar a Idade Média como europeia, considerar *como* a Idade Média se torna europeia e *o que isso representa*.

A vastidão do campo obriga a que os estudos de história medieval europeia, islâmica e bizantina sejam feitos por especialistas diferentes. No entanto, tendo em vista os efeitos dessa compartimentação sobre nossa imaginação política faz-se necessário o investimento dos historiadores em duas direções. Em primeiro lugar, a apresentação de sínteses historiográficas que escrevam uma história geral do período colocando em destaque as relações entre as partes dessa Idade Média abrangente. Em segundo lugar, a reflexão sobre os meios para a reconfiguração do quadro a que denominamos de Idade Média no horizonte da pesquisa e do ensino. Um dos primeiros movimentos dessa reconfiguração evidentemente é a reincorporação de toda a bacia do Mediterrâneo à representação da Idade Média.

No século XIX, a história medieval estava implicada nas políticas nacionais e os historiadores – para o bem e para o mal – constituíam uma autoridade respeitada pelas lideranças políticas e pela opinião pública.¹⁹ Na Europa, a história medieval desfrutava do prestígio de testemunho das origens nacionais. Hoje, o contexto político leva ao movimento inverso. A necessidade de dar sustentação e legitimidade à União Europeia transformou a Idade Média em

¹⁸ Evidentemente há elementos anteriores que contribuem para a afirmação da identidade supraétnica europeia de fundamentação, portanto, religiosa, como a noção de *caritas* que remonta aos primeiros séculos da comunidade cristã (Guerreau-Jalabert 2004) e a espacialização do sagrado que se dá de forma mais nítida por volta do século XI (Lawers 2015; Iogna-Prat 2006).

¹⁹ É o que evidenciam as histórias particulares de alguns deles como François Guizot (1787-1874), oponente de Napoleão e conselheiro de Luis XVIII (1814), partidário da revolução de Julho de 1830 e uma das figuras chave da monarquia liberal de Luis Felipe (1830-1848), de que foi Ministro do Interior (1830-1831), Ministro da Instrução Pública (1832-1837), Ministro de Assuntos Exteriores (1840-1847) e Primeiro Ministro (1847-1848); Augustin Thierry (1795-1856), entusiasta da Revolução Francesa, secretário de Saint-Simon (1814-1817) e combatente liberal junto à imprensa; Jules Michelet (1798-1874), oponente do Segundo Império e defensor da República; Johann Gustav Droysen (1808-1884), membro do Parlamento em Frankfurt entre 1848-1849 - primeira assembléia constituinte dos estados alemães – e, em 1877, historiógrafo da Casa Real de Brandenburgo depois de ter desenvolvido sucessivamente estudos sobre Alexandre, o Grande, e as revoluções dos séculos XVIII e XIX; Alexandre Herculano (1810-1877), membro das forças liberais de D. Pedro IV após exílio que se seguiu a sua participação em revolta contra D. Miguel I (1831), deputado junto às Cortes e preceptor do futuro rei D. Pedro V; Theodor Mommsen (1817-1903), liberal entusiasta da unificação alemã, ativo junto à imprensa, deputado do Reichstag (1873-1882), opositor de Bismarck e Fustel de Coulanges (1830-1889), crítico da unificação alemã segundo concebida por Mommsen e preceptor da Imperatriz Eugênia.

berço da Europa. Um exemplo situado nos primórdios da construção da atual comunidade europeia pode ser encontrado na obra do medievalista Jacques Le Goff, incansável defensor da ideia de Europa.²⁰

Como inúmeros outros europeus nascidos entre fins do século XIX e o começo do século XX, Le Goff viveu os efeitos destrutivos das disputas entre as diferentes nações europeias que levaram às duas Grandes Guerras. Essas gerações estiveram polarizadas entre os nacionalistas que nas disputas defendiam os interesses próprios de seus países e o espírito supranacional dos que viam na construção de uma Europa unida a oportunidade para uma paz duradoura. A Europa defendida por Le Goff é aquela dos elementos que aproximam e unem. Sua Idade Média demandava a valorização dos dados que podiam ser generalizados e a plasticidade das sínteses culturais. É significativo o título que escolhe em 1964 para seu manual de história da Idade Média. *A civilização do Ocidente medieval* é um título que realiza diversas operações. Em primeiro lugar, coloca de lado o pejorativo “Idade Média” que tinha também a desvantagem de ser excessivamente retrospectivo, remetendo mais para o passado consumado do que para aquele que deixa um legado ao futuro. Com o termo civilização afastava definitivamente do horizonte a expressão “Idade das Trevas”, ainda mais negativa do que “Idade Média”, valorizando as potências afirmativas desse tempo. Por fim, ao adotar “civilização”, também se afastava da história religiosa e institucional da “Cristandade medieval”. Suas escolhas estavam fundadas em fatos e em temores legítimos da história de seu tempo. Mas hoje, a política europeia e o seu sistema de valores se encontram diante de outros problemas, dentre os quais se destacam aqueles relativos aos conflitos étnico-religiosos.

Hoje, talvez mais importante não seja apontar os elementos de homogeneidade, mas como o passado medieval lidou com a diferença. Um exemplo, imperfeito, mas importante aos esforços para a mudança da representação do passado medieval que participa de julgamentos feitos no presente, pode ser buscado nos estudos de etnogênese. Estes mostram que a Idade Média europeia resulta de etnias diversas.²¹ Mais importante ainda, mostram que as etnias, desde a época tardo-antiga não foram o critério para o estabelecimento das comunidades. Dessa forma os termos godo, alamano, franco, lombardo,

²⁰ Almeida 2008.

²¹ Geary 2005 apresenta um balanço da problemática.

nomeiam agrupamentos étnicos compósitos e não etnias específicas. Os reinos que foram fundados sob o nome desses povos, testemunham um sistema de acordos estável e eficiente. Se as realezas se digladiam e os reinos lutam entre si, a unidade designada pelo nome do povo reage com evidente estabilidade mesmo face às partilhas sucessórias.

Essa maneira de lidar com as diferenças étnicas e religiosas está superada e evidentemente não pode servir de modelo para a prática presente. Ela merece, no entanto, ser lembrada. Em primeiro lugar porque apenas parte dessa experiência foi incorporada à memória histórica europeia. Em segundo lugar porque uma memória mais plena terá efeitos sobre a forma como os problemas étnicos e religiosos são vistos hoje. Trata-se de uma perspectiva crítica dos sistemas de valores em questão de maneira não a apontar neles responsabilidades passadas - o que certamente seria inútil - mas potências capazes de contribuir para um futuro de paz, em que se conta primeiramente uma outra autopercepção europeia.

Mas para isso é necessário que não se confunda a procura por uma perspectiva histórica não eurocêntrica com a censura em bloco da memória histórica europeia. Seria negar o processo histórico ignorar que nela residem potências que se encontram incorporadas a muitas culturas. Em *A invenção dos direitos humanos* Lynn Hunt faz uma importante reflexão sobre o percurso muitas vezes acidentado das heranças, em especial, o caso limite das ideias que fracassam.²² A autora mostra como a Europa revolucionária depois de Napoleão abandonou a ideia de direitos humanos em favor dos projetos nacionais. A ideia, no entanto, não desapareceu enquanto potência da cultura. Renasceu mais tarde sobre os escombros da segunda Grande Guerra quando os movimentos sociais impusessem o tema à pauta da Organização das Nações Unidas (ONU). Surge assim, em 1948, de uma ideia fracassada, a *Declaração universal dos direitos humanos*.

Embora a Idade Média não seja exclusivamente europeia, a Europa se torna, a partir do século XIII, paulatinamente hegemônica no contexto medieval. Essa hegemonia não começa em ações de conquista seja de territórios ou mercados, mas na vontade de imposição de um determinado sistema de valores, que teve resultados tanto destrutivos quanto construtivos. Alguns deles chegaram

²² Hunt 2009.

até nós quer pela via da transmissão contínua, quer pela recuperação após longa ruptura. É possível, por exemplo, pensar que uma das dimensões da crise ambiental que hoje ameaça destruir toda a vida no planeta se encontra encravada no sistema de valores europeu cuja ideologia universalista cristã, sustentou a opção pelo crescimento ilimitado a partir dos séculos XIII e XIV? Embora a mudança da matriz energética para o combustível fóssil no último terço do século XIX tenha sido decisiva para o desencadeamento da crise, a confiança no modelo de crescimento ilimitado foi decisiva para a adoção do novo padrão. Criticar esse sistema é essencial para a justa apreensão de todas as dimensões temporais do mundo contemporâneo e assim para a identificação de suas potências no campo insidioso e íntimo dos valores. Mas as potências da história são em geral ambíguas. Resistem potências positivas no sistema de valores europeu hoje disseminado por boa parte do mundo?

Muitas das conquistas políticas relativas às liberdades individuais – seja de credo, sexo, língua, etc – que hoje se consolidam na área da cultura e da justiça são resultantes de conflitos seculares no terreno político e conceitual da cultura europeia. Entre eles merecem destaque três termos intimamente relacionados: a valorização do indivíduo, a ideia de liberdades individuais e o conceito de direitos humanos²³. Gostaria de apontar duas potências – que não deixam muitas vezes de demonstrar um comportamento antagônico – que se estabelecem na Idade Média e chegam à modernidade: as ideias de indivíduo e de fraternidade.

Embora o indivíduo seja encarado fundamentalmente como um fato da modernidade, estando intimamente implicado em duas de suas forças maiores, o capitalismo e a revolução, ele é um fenômeno dos séculos XII-XIII. A propósito do surgimento do indivíduo na Idade Média muita coisa foi escrita. No entanto, parece-me que o problema do surgimento do indivíduo precisa ser tratado de outro ponto de vista temporal, a partir da história dos elementos que o tornaram possível. Nessa trajetória do que poderíamos chamar do “humanismo medieval”, o elemento primeiro é sem dúvida a ideia de salvação

²³ Pode-se pensar o quanto a antropologia cristã contribuiu em relação à antiguidade para a construção desses três domínios de nossa percepção da pessoa, sobretudo com sua ideia da singularidade de cada homem definida pela salvação e a identificação de um ponto de igualdade metafísica de todos, no pecado. A mitigação da mediação sacerdotal, proposta pela afirmação da vontade e assim de uma relação mais próxima com os poderes sobrenaturais (inclusive o do Diabo), é uma etapa importante da história de valorização da autonomia da pessoa.

individual, inerente ao cristianismo na qual reside uma outra, aquela de que a dignidade da pessoa se funda em sua singularidade. Não se trata, portanto, de uma história tradicional do “humanismo medieval” a partir de um momento tardio em que o “ego” domina o primeiro plano das narrativas, mas de considerar o percurso das antropologias medievais para a identificação de seus elementos constitutivos.²⁴

Em um texto célebre, Robert Darnton se ocupou do mais enigmático dos ideais da Revolução Francesa. Instigado pelo curioso episódio do beijo de Lamourette ele se perguntava: o que é a fraternidade? Qual é exatamente seu lugar ao lado da liberdade e da igualdade?

Em 7 de julho de 1792, A.-A. de Lamourette, um deputado de Rhône-et-Loire, disse aos membros da Assembleia que todos os seus problemas derivavam de uma única fonte: o faccionismo. Eles precisavam de mais fraternidade. Com isso, os deputados, que um minuto antes estavam se agarrando pelo gasganete, levantaram-se e começaram a se abraçar e beijar, como se as suas diferenças políticas pudessem ser varridas numa onda de amor fraterno.

O “beijo de Lamourette”, com alguns sorrisos indulgentes, foi deixado de lado pelos historiadores, cientes de que, um mês depois, a Assembleia se dissolveria com o levante sangrento de 10 de agosto. Que pueris eles eram, aqueles homens de 1792, com sua oratória excessiva, o ingênuo culto à virtude, a repetição simplista do lema liberdade, igualdade e fraternidade!

Mas podemos perder algo se tratarmos as pessoas do passado com ares de superioridade. A emoção popular da fraternidade, o mais estranho dos valores revolucionários, varreu Paris em 1792 com a força de um furacão.²⁵

Será que estamos aqui diante de uma daquelas ideias fracassadas que podem ainda existir em potência em algum lugar da cultura, esperando por um fato, contexto, acontecimento, que possa delas lançar mão? Não terá sido ao menos em parte, a força de uma noção difusa de fraternidade que atuou, em 1948, na proposição pelos movimentos sociais da carta universal dos direitos hu-

²⁴ Embora não existam muitos trabalhos voltados para a investigação de um humanismo medieval temos alguns exemplos de abordagens, quase todas ocupadas com o período entre os séculos XII e XIII como: Walsh 1942, voltada para a valorização do papel cultural da Igreja; entendendo o humanismo como a irrupção na literatura de uma subjetividade emocional ou de um movimento intenso de sábios e artistas que se reapropriam de textos da antiguidade temos VVAA 1964. Merece destaque o interesse de R. W. Southern pelo tema, sobretudo tendo em vista que tinha em seu horizonte também a compreensão das relações com o Islã: Southern 1970, 1997-2001. 1962.

²⁵ Darnton 1995.

manos? A fraternidade surge frágil diante dos outros ideais revolucionários, mas não chega a desaparecer. Na operação revolucionária ela surgia submetida aos ideais maiores da liberdade e da igualdade, portanto, também circunscrita ao grupo de homens que nutriam os mesmos valores. A fraternidade é assimétrica em relação à igualdade e à liberdade uma vez que não pode ser juridicamente determinada, pertencendo a um domínio de reconhecimento mútuo abstrato, concertado, e, por necessariamente, se realizar fora do plano estritamente individual. Nesse sentido ela ainda arrasta consigo aspectos da ideia medieval de *fraternitas* cujas fronteiras são potencialmente ilimitadas e cujos fundamentos confinam com uma ética.

A Idade Média europeia estava fundada sobre a ideia de fraternidade cristã. Todos os homens batizados eram considerados irmãos, estando ligados a Deus e uns aos outros pelos laços da *caritas* que estabelecia um parentesco espiritual que se sobrepunha ao parentesco carnal.²⁶ Liberdade e igualdade decorriam do pertencimento a esta fraternidade. No entanto, a igualdade diante da oportunidade de salvação potencialmente permitia que essa fraternidade se estendesse a toda a humanidade. A ideia cristã de fraternidade é, sem dúvida, restritiva devido à fé nela implicada, mas é, em potência, irrestrita devido a seu universalismo e obrigação inclusiva. Já faz alguns séculos que a noção de fraternidade se laicizou.²⁷ Não precisamos, portanto, temê-la.

A Idade Média pode ajudar a Europa a perceber, por comparação, que sua autoimagem em vigor não corresponde mais aos fatos presentes e que esse não é necessariamente o fim da história. É o que parecem mostrar os conceitos fraternos²⁸ que se consolidam no campo político atual e que advogam um novo

²⁶ Guerreau-Jalabert 2004.

²⁷ Touraine 2015 recusa o termo em favor do uso de “dignidade”, livre de compromissos com os limites do termo cristão. Refletindo sobre as condições para um mundo globalizado diferente e oposto à mundialização do capitalismo financeiro, o autor afirma: “E porque nossos interesses, nossas políticas e nossas heranças culturais são diferentes, de onde a igualdade pode vir? A resposta que formulo há muito tempo consiste não apenas em dar uma importância central ao respeito dos direitos humanos fundamentais que são a liberdade, a igualdade e a dignidade, mas também em sublinhar que esses direitos não são em si mesmos nem sociais, nem políticos, nem culturais, pois são os direitos dos seres humanos como criadores não apenas de técnicas e de práticas, mas, o que é ainda mais importante, de sentido. Sem essa superação da vida social e de suas obrigações pelos direitos de natureza ética que todos têm o direito de possuir e de fazer respeitar, é impossível viver juntos, iguais e diferentes”.

²⁸ Esses conceitos não nascem necessariamente da política institucional, mas podem ser por ela apropriados. Muitos deles evocam uma prática de negociação permanente de acordos que a partir de possibilidades assimétricas, logram um equilíbrio comum. Em primeiro lugar vale à pena destacar o conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que embora tenha começado a ser aplicado apenas na década de 1990 logrou enfrentar a hegemonia isolada do conceito de PIB *per capita* que confunde

tipo de internacionalismo. Trata-se do caso do conceito de “desenvolvimento sustentável”²⁹, com sua visão baseada em uma fraternidade humana que se projeta por todo o presente e também pelo futuro. O conceito de desenvolvimento sustentável defende que seja a ambição da humanidade vir a “atender às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações também possam fazê-lo” Aparentemente, os termos novamente se invertem e a fraternidade suposta pelo conceito de “desenvolvimento sustentável” se coloca como condição para a liberdade e a igualdade. A naturalidade com que essa inversão tem sido aceita talvez seja devida à potência antiga de outras acepções do termo fraternidade, saídas de um passado que nos faz bem conhecer, superar e respeitar.

O aumento da inserção acadêmica dos estudos de história medieval parece, ao longo do breve percurso aqui apresentado, menos dependente de condições internas à área que daquelas relativas ao conjunto do ambiente em que se produz o saber histórico. Não há discrepância significativa de ordem teórico-metodológica que justifique a ausência das trocas entre os estudos medievais e outras áreas do conhecimento histórico. Pelo contrário, esse é um dos campos que propicia condições para tais trocas. Os temas em comum também são relativamente fáceis de identificar: residem na historiografia e no tempo presente da experiência que são os mesmos. É preciso que iniciativas interáreas que contemplem esses três domínios (teórico-metodológico, historiográfico, temático) sejam valorizadas, da mesma forma que, com sua voz própria, os estudos medievais se ocupem de intervir publicamente perseguindo o outro extremo da especialização: a produção de sínteses amplas originais e de obras específicas que dialoguem com as questões que inquietam as pessoas de hoje.

desenvolvimento com crescimento econômico, alterando assim a percepção contemporânea da riqueza e do desenvolvimento. Além deste podem ser lembrados, entre outros, os conceitos de “governança do sistema terra”, “governança global”, “ordem democrática cosmopolita”, “sociedades conviviais”, “grau de compartilhamento social” que também aludem a uma comunidade global com direitos comuns e específicos, inclusive aqueles de princípios de negociação assimétricos frente aos mesmos fins.

²⁹ Veiga 2015.

Bibliografia

- Almeida, Néri de Barros. "A história medieval no Brasil". *Revista Signum*, 14, 1, 2013, p.1-16.
- Almeida, Néri de Barros. "L'histoire médiévale au Brésil: du parcours solitaire à l'inclusion dans le champs des sciences humaines". In: ALMEIDA, Néri de Barros; Cândido da Silva, Marcelo e Méhu, Didier. (Org.). *Pourquoi étudier le Moyen Age?: Les médiévistes face aux usages sociaux du passé*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012, v. , p. 125-144.
- Almeida, Néri de Barros. Por uma "Europa cultural": cultura e política na obra de Jacques Le Goff. In: Idem (Org.). *A Idade Média entre os séculos XIX e XX*. Estudos de historiografia. Campinas: Editora do IFCH, 2008, p. 74-102.
- Almeida, Néri de Barros; Cândido da Silva, Marcelo. "Le Moyen Âge et la nouvelle histoire politique au Brésil". *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge*, 126-2 | 2014, consulta 06 março 2016. <http://mefrm.revues.org/2070>.
- Anais do I Simpósio de professores de História do Ensino Superior*, Marília, 1962. <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/S01.jpg>.
- Barthélemy, Dominique. *A cavalaria: Da Germânia antiga à França do século XII*. Tradução Néri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva, Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.328-341 e 467-476.
- Bastos, M. J. M. ; Rust, L. D. "Translatio Studii. A História Medieval no Brasil". *Signum*, 10, p. 163-188, 2009.
- Berriél, Carlos. *Tietê, Tejo, Sena*. A obra de Paulo Prado. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.13-14.
- Bertoli, André; Rosa, Maria de Lurdes. "O encontro 'Portugal Medieval visto do Brasil: Diálogos entre Medievalistas Lusófonos' (Lisboa, Coimbra, Sta. Maria da Feira, 12-14 Janeiro de 2012)". *Medievalista online*. No12, 2012.
- Carvalho, José Murilo de, *Dom Pedro II*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.
- Castilho, Fausto. *O conceito de universidade no projeto da Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- Duby, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- Flori, Jean. *Guerra santa*. Formação da ideia de cruzada no ocidente cristão. Tradução Ivone Benedetti, Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- Geary, Patrick. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo, Conrad, 2005.
- Guerreau-Jalabert, Anita. "Caritas y don em la sociedad medieval occidental". *Hispania*, 60:1, 2004, pp.27-62.
- Hunt, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: Uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- Iogna-Prat, Dominique, *Maison Dieu*. Une histoire monumentale de l'Église au Moyen Age (v.800-1200). Paris: Seul, 2006.
- Lawers, Michel, *O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Tradução de Robson Murilo Grando Della Torre, Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- Macedo, José Rivair. "Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese". *RetiMedievali Rivista*, VII, 1, 2006. http://www.dssg.unifi.it/_RM/rivista/saggi/RivairMacedo.htm
- Pereira, Nilton Mullet. As representações do Outro nos livros didáticos de História, no Brasil e na Espanha: uma leitura inicial. *Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educación*, 50, 6, 2009.
- Macmillan, Margaret, *A primeira guerra mundial*. Rio de Janeiro: Globo, 2014.
- Rocha, Teresa Renata Silva. *Ver para crer: Imagem e persuasão nos manuscritos da Légende Dorée (Jean de Vignay, sécs. XIV-XV)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- Rust, Leandro Duarte. *Mitos papais: política e imaginação na história*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- Silva, Andreia Lopes Frazão. "Os estudos medievais no Brasil e o diálogo interdisciplinar". *Medievalis*, Vol. 1 (2), 2013.
- Silva, Leila Rodrigues; Silva, Andreia Lopes Frazão. "Os estudos medievais no Brasil e a Internet: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção medievalista (1995 a 2006)". *Revista História, imagem e narrativas*. No 4, ano 2, abril/2007.
- Southern, R. W. *Medieval Humanism and Other Studies*. Londres:Harper & Row, 1970.

Southern, R. W. *Scholastic Humanism and the Unification of Europe*, 1997 e 2001, Vol. I e II.

Southern, R. W. *Western Views of Islam in the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

Teixeira, Igor Salomão. "A hagiografia no Brasil: A *Legenda áurea* e os dez anos da tradução brasileira". In: Idem (Org.) *História e historiografia sobre a hagiografia medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 7-13

Touraine, Alain. *Nous, sujets humains*. Paris:Seuil, 2015, p.60-61.

Veiga, José Eli da. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34, 2015, p.9.

Vieira, Fabíola. "História Medieval: Perspectivas e desafios para o ensino no 1o ano do ensino médio da E.E. Leonor de Barros". *Revista de Educação, Ciência e Cultura*. v. 18, n. 1, 2013.

VVAA. *L'humanisme médiéval dans les littératures romanes du XIIIe. au XIVe*. Paris: Klincksieck, 1964.

Walsh, Gerald Groveland, *Medieval humanism*, New York: Macmillan, 1942